

Desenvolvimento territorial, políticas públicas e assentamentos de reforma agrária: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Priscila de Oliveira Maia¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa sobre desenvolvimento territorial desenvolvida à luz da implementação de uma política nacional de segurança alimentar no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú, um assentamento de reforma agrária da região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo (Brasil). Propomos avaliar o potencial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) enquanto uma política de desenvolvimento territorial a partir das relações estabelecidas entre as organizações sociais de assentados da reforma agrária, gestores públicos locais e estaduais e técnicos de assentamentos. Para tanto, recorreremos às dimensões políticas, sociais, econômicas e ambientais de análise para compreensão das dinâmicas impulsionadas a partir da gestão do PAA nesta região, cujo projeto de desenvolvimento econômico está alicerçado sobre o avanço do agronegócio, a partir do setor sucroalcooleiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Assentamentos Rurais.

¹ Mestranda do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. priscilao.maia@gmail.com

² Socióloga, Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. vbotta@techs.com.br

Corpo do Trabalho

1. Introdução

Marcada pela consolidação e expansão do agronegócio, através dos grandes monocultivos de cana-de-açúcar e usinas de açúcar e etanol, bem como pela quase erradicação da agricultura familiar, a região de Ribeirão Preto tornou-se, no fim dos anos 90, cenário de Luta pela Terra.

A conquista de terras a partir da organização social e luta política nessa região é algo emblemático, pois no centro do agronegócio, fica evidenciada a verdade de que outras agriculturas são possíveis. Agriculturas baseadas na valorização do ser humano e no respeito à natureza.

Os assentamentos de reforma agrária se apresentam como um espaço de produção da vida em seu sentido mais pleno – aquele que trata desde a re-construção do ser humano, a partir do resgate das histórias e cultura de cada um, até a recomposição da paisagem, onde o monocultivo de cana-de-açúcar passa a dar lugar à produção de alimentos.

Apesar das artimanhas dos porta-vozes dos grandes complexos agroindustriais que alardeavam serem os assentamentos apenas “favelas rurais”, nada está mais distante do conceito de favela (fenômeno urbano) do que tais assentamentos (WHITAKER, 2009).

Uma vez assentadas, as famílias ingressam numa nova etapa da jornada de luta – a busca pela superação da condição de pobreza e inclusão social e a resistência diante das pressões cotidianas dos complexos agroindustriais.

A transformação da área de assentamento em um espaço de produção de vida, parte essencialmente das estratégias adotadas pelas famílias assentadas ao longo do tempo. Estratégias essas que definem a forma de organização do assentamento, aqui compreendida às dimensões social, cultural, ecológica, econômica, produtiva e política.

O estímulo e valorização dessas estratégias durante a implementação do conjunto de políticas direcionadas aos assentamentos de reforma agrária refletem no estímulo à expansão das capacidades individuais e coletivas das famílias. De acordo

com Grisa (2009), a não participação dos atores sociais no processo de definição dos objetivos, estratégias e metodologias, bem como a desconsideração de suas concepções de pobreza e desenvolvimento, são possíveis causas para saldos negativos nos resultados de projetos de desenvolvimento local.

Para Mattei (2007), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi, juntamente com o Programa Bolsa Família, uma iniciativa governamental com o objetivo de estruturar políticas de combate à fome e à pobreza no país. Em concordância com o autor, Turpin (2009) acredita que a instituição do PAA representou a criação de um mecanismo inovador de incentivo à agricultura familiar, produtores assentados da reforma agrária e pequenas agroindústrias, por meio da compra de sua produção.

Nesse sentido, o presente trabalho³ sugere que tal programa retira-se de ser simplesmente uma política de doação de alimentos e se condiciona como instrumento para o desenvolvimento territorial, a partir do estímulo às capacidades (individuais e coletivas) dos assentados da reforma agrária e suas organizações sociais.

O artigo está organizado em quatro partes principais. A primeira apresenta, a partir de uma discussão teórica, a relação existente entre a formulação e implementação de políticas públicas e o desenvolvimento, tendo como enfoque a abordagem territorial. A segunda parte expõe de forma breve o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – concepção, estrutura e operacionalização. A terceira dedica-se à contribuição do PAA às dinâmicas impulsionadas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sepé Tiarajú. Por fim, são expostas algumas considerações a partir das reflexões feitas e que necessitam de maior aprofundamento.

2. Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: explorando interfaces

A abordagem territorial do desenvolvimento tem sido cada vez mais adotada por intelectuais e formuladores de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento a partir do enfoque social, sobretudo aquelas orientadas para o meio rural.

Embora tal abordagem tenha importância teórico-prática, tanto para as universidades, quanto para a sociedade civil e para o Estado, pela necessidade de

³ O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa, ainda em desenvolvimento, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

reorientação das ações e políticas públicas (descentralizadas e focalizadas em grupos específicos) ainda são significativas as divergências em sua orientação.

A utilização indiscriminada dessa noção tem causado uma enorme confusão no entendimento dos processos sociais já que vão de visões que oscilam entre perceber o território como uma configuração estática, até a visão de território como realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local (GEHLEN & RIELA, 2004, apud MOURA & MOREIRA, 2011).

De acordo com Abramovay (2005), *a abordagem territorial do desenvolvimento*, particularmente a do desenvolvimento rural, aqui defendida, remete a aplicação de categorias de análise, além dos enfoques mercantis e setoriais. Nesse sentido, uma abordagem territorial da sociedade deve levar em consideração a descontinuidade e complementaridade dos espaços (urbano e rural), as formas de coordenação não formalizadas ou institucionalizadas (redes, relações de proximidade, reciprocidade camponesa, etc.), os atributos comparativos dos produtos e os recursos associados a territórios específicos, social e culturalmente marcados (capital social, valores de uso, valores éticos, valores de prestígio), e, finalmente, as dinâmicas de inovação ligadas a esses processos e a valores de natureza diferenciada.

Ao analisar a perspectiva territorial do desenvolvimento rural, Schneider (2004) se apoia sobre a conformação dos sistemas produtivos locais frente aos modos de vida estabelecidos em cada espaço, sendo este último visto não mais a partir da dicotomia campo-cidade. Segundo ele, os sistemas produtivos locais, gerados a partir de processos endógenos de desenvolvimento territorial, operam com base em relações de trabalho e de produção peculiares que estão diretamente relacionados ao ambiente social e à estrutura econômica, permitindo assim uma articulação das novas formas de produção com o modo de vida local (...) as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural também se modificaram (...) na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica. A concepção do autor comunga com as ideias de Abramovay quanto ao caráter processual e multifacetado da formação dos territórios.

O foco territorial dado às formulações e ações público-privadas toma força em meados da década de 90, a partir da descentralização das ações do Estado, conferindo aos estados, municípios e atores locais (sociedade civil) - cuja participação era possibilitada pelos conselhos municipais, uma maior influência na formulação e gestão das políticas públicas, sobretudo as políticas de saúde e educação.

Nesse contexto, tal perspectiva passa a preponderar na formulação de políticas públicas gerais, mas também nas específicas, como dito anteriormente – políticas sociais. Também assumem essa nova abordagem, as concepções de “rural” que orientavam a elaboração das políticas de desenvolvimento do campo.

De acordo com estudos realizados (Abramovay, José Eli da Veiga, Ortega, Schneider), as políticas de desenvolvimento rural passam a incorporar dimensões como: o território como unidade de referência; a superação da pobreza como tema orientador; o caráter participativo das políticas, visando o fortalecimento das representações locais; e a preocupação ambiental, com vistas à sustentabilidade econômica e ambiental das ações desenvolvidas.

O economista e filósofo indiano Amartya Sen ao tratar das variáveis envolvidas no processo de desenvolvimento também confere destaque à pobreza, ao afirmar que esta deve ser compreendida essencialmente como a expressão da privação de capacidades. Embora diferencie e conceitue as dimensões da pobreza – *pobreza como privação de capacidade* e *pobreza como baixo nível de renda* – Sen ressalta a importância de considerar a estreita relação entre essas duas perspectivas quando do estudo da pobreza. Conforme o autor, “(...) essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida, tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.” (SEN, 2010, p.124).

A abordagem seniana acerca do desenvolvimento, e especialmente, a perspectiva da inadequação das capacidades na compreensão da pobreza, podem ser importantes aspectos a serem considerados quando da análise das variáveis envolvidas tanto na formulação, quanto na avaliação da implementação das políticas públicas e dos processos dinamizados por estas nos territórios.

3. O PAA: concepção, estrutura e operacionalização

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003 resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração na década de 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo lugar, contribuiu para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganhado maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 2006, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil (MALUF *et al.*, 2010).

Nesta lógica, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, visando implementar ações no âmbito das políticas agrícola e de segurança alimentar, com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome (MATTEI, 2007).

Instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, sendo atualmente regulamentado pelo Decreto nº. 7.775, de 04 de julho de 2012, o PAA surge de uma concepção transversal e intersetorial frente aos desafios postos à agricultura familiar e aos grupos sociais acometidos pela insegurança alimentar e nutricional, objetivando “*garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar*” (Brasil, s/d.a).

Na sua estrutura organizacional o PAA comporta um Grupo Gestor, composto por instâncias de coordenação e de execução, de caráter deliberativo e vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) cujos objetivos são orientar e acompanhar a implementação do PAA definindo: a forma de funcionamento, a metodologia para definição de preços e forma de venda dos produtos, os critérios para priorização dos agricultores e as condições para aquisição, doação e formação de estoques públicos de alimentos, sementes, mudas e outros materiais propagativos de

culturas alimentares. Para além de representantes do MDS, o Comitê Gestor é composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério da Educação (MEC). Dentre os responsáveis pela execução do Programa têm-se a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais, prefeituras municipais e organizações sociais, formadas pelos agricultores familiares (cooperativas, associações, sindicatos etc.) e entidades socioassistenciais.

O controle social é atribuído à sociedade civil através das suas representações nos Conselhos de Segurança Alimentar (CONSEA) em âmbito nacional, estadual e municipal, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) também âmbito nacional, estadual e municipal e podendo na ausência dessas instâncias serem indicados ou Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.

Estruturado em cinco modalidades - Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite e, mais recentemente, Compra Institucional, o Programa adquire a produção oriunda da agricultura familiar (comunidades tradicionais, pequenos produtores e assentados da reforma agrária) das diferentes regiões do país, mediante a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) dispensando licitação, por preços de referência que não podem ser nem superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais. Posteriormente, os alimentos adquiridos são doados para instituições assistenciais (creches, abrigos, asilos etc.), equipamentos públicos (hospitais, restaurantes populares, bancos de alimentos e etc.) - beneficiando pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como destinados à formação de estoques alimentares.

O MDS operacionaliza suas ações através da realização de convênios com as administrações municipais e com os governos estaduais, os quais viabilizam a modalidade Compra Direta, enquanto que a CONAB, que operacionaliza as demais modalidades do programa, adquire a produção através dos preços de referência e sem a participação de intermediários.

Quadro 01: Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		
Valores (R\$)	Título	Ementa
8.000,00	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos e atendimento, atendimento de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA.
4.500,00	Compra com Doação Simultânea	Permite a aquisição de alimentos com doação simultânea para entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, à rede pública e filantrópica de ensino com vistas à atender as demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. É operada pela Conab, a partir de recursos do MDS.
8.000,00	Apoio à Formação de Estoques	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações com devolução dos recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS.
4.000,00	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.
8.000,00	Compra Institucional	Voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que a partir de recursos próprios e por intermédio da CONAB compram a produção dos agricultores.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do MDS, 2012.

Os recursos por agricultor para a modalidade Compra com Doação Simultânea foram reajustados por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 através do Decreto nº 7.775 de julho de 2012, podendo ser ampliado para R\$ 4.800,00 nas aquisições realizadas por meio de grupos formais de agricultores familiares. Até então

os valores eram de R\$ 4.500,00 anuais para todas as modalidades, exceto IPCL, cujo valor pode ser acessado semestralmente. Outra alteração importante neste Plano Safra concerne ao fato de que as modalidades tornaram-se cumulativas onde o agricultor pode acessar até R\$ 8.000 mil reais por ano, exceto nos casos em que as modalidades acessados forem Apoio à Formação de Estoques, quando da quitação financeira, e Compra Institucional, não cumulativas às demais. Desse modo, os agricultores podem chegar a auferir uma renda anual de R\$ 16.000, via modalidades cumulativas do PAA, e mais R\$ 8.000 para investimento na produção pela modalidade Apoio à Formação de Estoque.

4. O Programa de Aquisição de Alimentos e as dinâmicas impulsionadas – o caso do PDS Sepé Tiarajú

Nesta parte do trabalho buscaremos compreender a partir da experiência desenvolvida no PDS Sepé Tiarajú, sobretudo apoiando-nos na modalidade Compra com Doação Simultânea, as dinâmicas impulsionadas intra-comunidade e entre a comunidade e seu entorno a partir da implementação do PAA. A escolha desse assentamento se deu pelo fato de ser uma das experiências mais antigas do estado de São Paulo em execução de PAA em assentamentos de reforma agrária e a primeira da região de Ribeirão Preto, o que possibilitou relativos acúmulos.

Faz-se necessário, mesmo que de modo breve, descrevermos o processo de formação do assentamento em questão. Fruto de uma articulação entre as famílias acampadas, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Igreja Católica e a sociedade civil organizada, bem como da atuação do Ministério Público, pelos Promotores de Justiça do Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os 797 hectares da Fazenda Santa Clara, localizada na região de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, distribuídos entre os municípios de Serrana e Serra Azul, foram destinados à formação, em 2004, do PDS Sepé Tiarajú. Tratava-se de uma antiga propriedade da Usina Nova União, adjudicada ao patrimônio do Estado de São Paulo, à título de pagamento de dívidas trabalhistas e outros tributos sociais.

De acordo com Scopinho (2009), dada à sua localização e importância economia e ambiental, as condições essenciais para a oficialização do PDS Sepé Tiaraju foram: conceder o título de posse (e não de propriedade) da terra para evitar a venda e o

arrendamento; produzir de modo cooperado e agroecológico para recuperar a área degradada pela monocultura da cana; criar uma empresa social para receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas para o Estado; formar um comitê gestor do assentamento composto por representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, dos assentados, de organizações não governamentais locais e do INCRA.

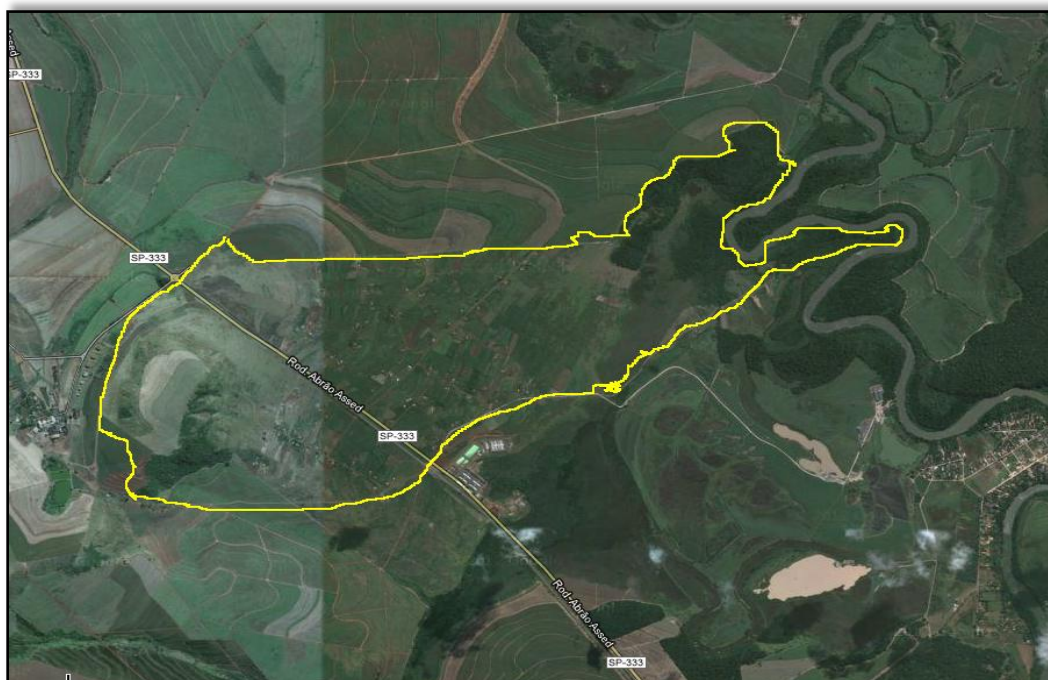


Figura 1: Área do assentamento: divisa com o Rio Pardo, a Usina Nova União e o CDP de Serra Azul

Como forma de assegurar o compromisso firmado entre as famílias ora assentadas, o INCRA e o Ministério Público, ao longo de cerca de três anos os interessados debruçaram-se sobre a elaboração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado em 2007, que dentre os compromissos prevê: a forma de organização territorial do assentamento e a titulação da terra; a forma de organização da produção; as responsabilidades sobre a implantação das infraestruturas e saneamento básico; a proteção e preservação do meio ambiente; a realização de atividades socioculturais.

Se o projeto de assentamento, fruto de um acordo, configurou-se como um misto de comunidade rural acrescida da ideia de sustentabilidade contida no PDS⁴, os seus

⁴ O PDS nasceu da discussão empreendida por técnicos do MMA (Ministério de Meio Ambiente, Conselho Nacional dos Seringueiros), do Centro Nacional de Populações do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e do Incra para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terras para conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, no sentido de promover o

construtores eram portadores de uma história cuja característica marcante é a diversidade sociocultural⁵. (Scopinho, 2009)

Se por um lado a diversidade sociocultural pode impor às famílias assentadas traços de superficialidade nas relações, como analisa Scopinho (2009), por outro, tal característica pode ter sido (e ainda ser) fundamental para a resistência às tensões por elas vivenciadas na relação intra-comunidade, na relação comunidade-Estado e na relação comunidade-Movimento Social, estremecidas durante a implementação das políticas públicas voltadas para a formação do assentamento.

Nesse cenário dinâmico e conflituoso, o Programa de Aquisição de Alimentos, Modalidade Doação Simultânea - implementado na comunidade desde 2005/2006, se apresentou (e ainda se apresenta) como um importante estímulo para a formação de novos arranjos sociais, produtivos e políticos nessa comunidade os quais discorreremos a seguir.

Organização Social e Política: conflitos e acomodações

Como dito anteriormente, o processo de organização do assentamento se deu segundo as diretrizes formuladas coletivamente e acordadas através do TAC cujos princípios estavam alicerçados sobre: a forma de organização territorial do assentamento e a titulação da terra; a forma de organização da produção; as responsabilidades sobre a implantação das infraestruturas e saneamento básico; a proteção e preservação do meio ambiente; a realização de atividades socioculturais.

Como resultados da implementação do TAC o assentamento constituiu-se a partir de 04 (quatro) núcleos sociais de famílias, nomeados como: Núcleo Zumbi dos Palmares (21 famílias), Núcleo Chico Mendes (20 famílias), Núcleo Dandara (19

desenvolvimento sustentável. Uma das principais idealizadoras do PDS foi a missionária norte-americana Dorothy Mae Stang, assassinada em 12 de fevereiro de 2005, na cidade de Anapú, PA, supostamente, por defender os direitos humanos e a preservação ambiental em áreas de conflitos agrários na região amazônica. (Scopinho, 2009).

⁵ Eles eram originários de 106 cidades situadas em 15 diferentes estados brasileiros, das quais 37 (35%) estão situadas no interior do próprio estado de São Paulo. As demais cidades de origem estão localizadas, especialmente, em Minas Gerais (18%), Paraná (16%), Bahia (11,4%), Pernambuco (5,7%), além de vários outros estados nordestinos. Entre deixarem as origens e serem assentados, os trabalhadores passaram por 234 cidades localizadas em 20 diferentes estados, chegando um deles até o Paraguai. Migraram, principalmente, pelas cidades do interior do estado de São Paulo (39%), do Paraná (15,3%), Bahia (8%) Minas Gerais (7,7%) e Pernambuco (6%). (Idem)

famílias) e Núcleo Paulo Freire (20 famílias). Nos núcleos, cada família ocupa área de, no mínimo, 3,0 hectares e, no máximo, de 3,9 hectares, para estabelecimento da moradia e produção individual, havendo também a destinação de cerca de 60 hectares para a produção coletiva (associativa e/ou cooperativa) e 10.000 m² (1 hectare) para formação de uma área comum às 20 famílias do núcleo para atividades sociais, culturais e de lazer.

As áreas de produção individual ou coletiva seguem práticas ambientalmente adequadas de acordo com o processo de transição agroecológica, bem como as áreas averbadas para recomposição da vegetação vêm sendo reflorestadas com espécies nativas consorciadas com cultivos anuais.

Embora o TAC tenha sido produto de um acordo coletivo e manifeste compromissos construídos durante anos - compromissos sem os quais o assentamento não se realizaria, e tenha contribuído para o desenvolvimento de uma agricultura com bases sustentáveis, os conflitos e dificuldades já se desenhavam no seio da comunidade quando de sua formalização.

As contradições vividas pelo Movimento Social frente à atuação do Estado, especialmente na figura do INCRA, contribuíram para a fragilidade estabelecida nas relações entre famílias assentadas e Direção Política do MST, entre famílias assentadas e INCRA e, posteriormente, entre as famílias assentadas da própria comunidade.

Nesse contexto que passa a ser evidenciada a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos para a reorganização social e política interna e (re)estabelecimento de relações com agentes externos à comunidade.

Após os anos 2006 e 2007, quando ainda era administrado pelo Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, entidade jurídica do MST na região, e cumpria basicamente a função de estimular a produção de alimentos, o PAA passou a exercer estímulos nas famílias assentadas voltados para a reorganização política e social. Em 2008, em meio aos conflitos políticos, cerca de 40 famílias organizaram-se e fundaram, com o apoio do INCRA, uma cooperativa (COOPERFT) que se apresentava como uma alternativa ao Centro de Formação quando da participação no PAA e também como nova força política no assentamento. Outras 40 famílias, também estimuladas pelos conflitos vivenciados quando da organização do assentamento, organizaram-se e fundaram outras duas cooperativas (COOPERAGROSEPÉ e COOPERECOS).

Atualmente, as oitenta famílias assentadas, nucleadas socialmente como fôra proposto pelo TAC, ou seja, em quatro Núcleos de Base – Chico Mendes, Dandara, Paulo Freire e Zumbi dos Palmares - experimentam uma nova forma de organização interna, que orienta as dimensões da vida política, econômica, produtiva, social e cultural das famílias. Essa nova organização interna já conta com a formação de quatro organizações sociais (associações e cooperativas) - COOPERECOS, COOPERAGROSEPÉ, FRATERRA e COOPERFT, que por sua vez expressam as principais concepções – divergentes, porém, não antagônicas - acerca do desenvolvimento do assentamento e congregam as principais lideranças da comunidade.

As oitenta famílias da comunidade estão vinculadas às organizações sociais por afinidade política, ou seja, são grupos que congregam famílias de diferentes Núcleos de Base, e nesses espaços debatem os rumos que definem tanto a atuação desses grupos específicos, quanto os rumos da comunidade como um todo. Os assuntos referentes à vida em comunidade são debatidos nas organizações sociais (associações e cooperativas) e, posteriormente, levados para debate e deliberação na coordenação do assentamento – formada por dois representantes de cada organização social.

Embora a formação de quatro organizações sociais pareça um número exagerado para uma comunidade de oitenta famílias, esta condição é fruto de um processo complexo de tensões e disputas políticas que envolveu diferentes atores - famílias assentadas, MST, INCRA e Ministério Público, bem como pela necessária organização das famílias assentadas na busca pela autonomia e transparência na execução do PAA. Cada organização é responsável pela administração de seus projetos que contemplam a totalidade das famílias assentadas e abrangem quatro cidades, à sabê-las: Serra Azul, Serrana, Cravinhos e Ribeirão Preto.

Organização Produtiva e autoconsumo: elevando a qualidade de vida

Tendo em vista que a formalização do assentamento se deu em 2004 e que os primeiros créditos de investimento foram liberados em 2005, o primeiro projeto do PAA, executado em 2006, cumpriu inicialmente a tarefa de garantir o escoamento da produção, que já contabilizava cerca de 20 mil quilos de alimentos, sobretudo mandioca e banana, distribuídos semanalmente na cidade.

Ao longo dos anos, sendo o PAA a principal fonte de renda, as famílias passaram a qualificar a sua produção, optando pelo plantio da mandioca e banana –

principais culturas do assentamento - mas, também de outros cultivos que conferiam preços mais elevados. Desse modo, é possível afirmar que o PAA estimulou a organização dos sistemas produtivos no assentamento que se baseiam, sobretudo no cultivo da mandioca, da fruticultura (banana, mamão, maracujá, laranja, mexerica, abacate e manga) e horticultura (verduras – alface, rúcula, almeirão, cheiro verde, brócolis, couve, espinafre; e legumes – berinjela, batata-doce, chuchu, abóbora; entre outros em menores quantidades).

A diversificação da produção, estimulada por uma política pública, ganha importância tanto para os assentados da reforma agrária quanto para a população urbana numa região como Ribeirão Preto, cuja atividade agrícola é majoritariamente sustentada pelo setor sucroalcooleiro em detrimento da pequena agricultura. Sendo possível ofertar para a sociedade do entorno alimentos de qualidade.

Tomando como referência uma das organizações sociais, a COOPERECOS, que conta com 27 assentados cooperados, são doados semanalmente para as entidades socioassistenciais cerca de 30 mil quilos de alimentos dentre eles frutas, hortaliças e tuberosas, organizados em cestas alimentares.

Durante a execução do projeto, ou seja, por cinco ou seis meses, cada família auferem em média uma renda de cerca de R\$ 800,00. Esse tempo de execução se dá não pelo reduzido volume de produção de cada família, mas para garantir um período maior de execução do projeto e atendimento das entidades socioassistenciais.

O excedente da produção é destinado para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o mercado local (feiras livres) e para o autoconsumo.

5. Considerações Finais

Procurou-se com este trabalho avaliar o potencial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) enquanto uma política de desenvolvimento territorial a partir da experiência do assentamento Sepé Tiarajú. Para tanto, recorreremos às dimensões políticas, sociais, econômicas e ambientais de análise para compreensão das dinâmicas impulsionadas a partir da gestão do PAA neste assentamento à luz da relação existente entre a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento a partir de uma abordagem territorial.

Dessa feita, possível observar que o PAA contribuiu para a reorganização social e política das famílias assentadas. Do mesmo modo, tem contribuído para o fortalecimento das associações e cooperativas na medida em que sua implementação contribui para a ampliação das capacidades individuais e coletivas desses sujeitos. Podendo apontar para uma maior inserção e atuação de tais organizações no processo de desenvolvimento do território nas quais estão inseridas. No entanto estas questões requerem maior aprofundamento.

No que se refere à organização dos sistemas produtivos, o Programa tem contribuído para a garantia de mercado para a produção existente, mesmo que apenas em parte do ano agrícola, estimulando alterações na matriz produtiva - pela diversificação da produção, e de consumo - pelo autoconsumo da produção excedente. E, por conseguinte, ampliando a renda familiar.

Embora muitos estudos apontem limites de gestão e execução em diferentes âmbitos – e que necessitam de superação, tal política tem sido considerada um avanço no processo de fortalecimento da agricultura familiar e no enfrentamento da condição de insegurança alimentar e nutricional de populações socialmente vulneráveis.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Textos para discussão n.702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 37p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013*. Brasília: MDA/SAF, 2012. Disponível em: www.mda.gov.br . Acesso em agosto/2012.

_____. *Programa de Aquisição de Alimentos*. s/d.a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/segurancaalimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> . Acesso em agosto/2012.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Porto Alegre, 2009. 22p.

GEHLEN, I. & RIELA. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. *Sociologias*, n.11, Porto Alegre, Jan./Jun, 2004.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. *Cadernos do CEAM (UnB)*, v.7, p. 33-44, 2007a.

MALUF et. Al. O programa de aquisição de alimentos (paa) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate. Bahia, 2009.

MOURA, J. T. V. e Moreira, I. S. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. Belo Horizonte, 2011. 13p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projetos de assentamentos e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 257-270.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TURPIN, M.E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança alimentar e Nutricional*, Campinas, 16(2):20-42, 2009.

WHITAKER, D.C.A. Reforma agrária e meio ambiente: superando preconceitos contra o rural. In *Retratos de Assentamentos Nº12*. NUPEDOR/FCL/UNESP/CNPq, 2009.